



Revista Tempo e Argumento

E-ISSN: 2175-1803

tempoeargumento@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Brasil

Rodrigues Gastaud, Carla; Santos Souza, Cristiële  
Guardar para mirar, guardar para mostrar: acervos autorreferenciais, da gaveta ao museu  
Revista Tempo e Argumento, vol. 5, núm. 9, enero-junio, 2013, pp. 46-65  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130380004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Guardar para mirar, guardar para mostrar: acervos autorreferenciais, da gaveta ao museu

### Resumo

Este artigo trata da publicização de acervos autorreferenciais em um contexto contemporâneo de busca memorial, percurso no qual são relevantes as elaborações de Andreas Huyssen, sobre a “compulsão contemporânea pela memória”, e de François Hartog, em torno de uma mudança no “regime de historicidade”. Da mesma forma, discute o conceito de produção de si, por meio dos escritos autorreferenciais e de seu arquivamento. Por fim, são apresentadas as trajetórias de constituição e publicização de dois conjuntos documentais autorreferenciais, as cartas de D. Joaquim, bispo de Pelotas, escritas entre os anos de 1915 e 1940, e as cartas da baronesa Amélia, escritas entre 1889 e 1918.

**Palavras-chave:** Memória. Cultura escrita. Historicidade. Acervos. Escritos.

### Carla Rodrigues Gastaud

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Federal de Pelotas.  
crgastaud@gmail.com

### Cristiéle Santos Souza

Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas  
cristiele.hst@gmail.com

### Para citar este artigo:

GASTAUD, Carla Rodrigues; SOUZA, Cristiéle Santos. Guardar para mirar, guardar para mostrar: acervos autorreferenciais, da gaveta ao museu. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 46 - 65.

**DOI: 10.5965/2175180305092013046**

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180305092013046>

## Keeping for eyeing, keeping for showing: self-referential collections, from the drawer to the museum

### Abstract

This article is about the publicization of self referential collections in a contemporary context of memorial search, in which are relevant Andreas Huyssen's elaborations about "contemporary compulsion with memory" and François Hartog, around a change in " regime of historicity. Likewise, discusses the concept of self-production, through personal writings and archiving. Finally, we present the trajectories of launch and publicization of two self-referential documentary collections, letters of D. Joaquim, bishop of Pelotas, written between the years 1915 and 1940, Baroness Amelia's letters, written between 1889 and 1918.

**Keywords:** Memory. Written culture. Historicity. Collections. Written.

Discutir a gestão de acervos pessoais ou autorreferenciais implica pensá-los, escreve Angela de Castro Gomes, como uma “produção de si”, objetos escritos e reunidos com o único propósito de fazer lembrar. Os acervos autorreferenciais são biográficos no sentido de referenciar quem os produziu, mas também são indícios de tempos diversos, modos de viver, pensar e sentir.

De acordo com a autora:

essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, como ou sem a intenção de resultar em coleções (GOMES, 2004, p. 10).

As diferentes formas de produção de si podem compor acervos pessoais, os quais têm despertado, nos últimos anos, o interesse de pesquisadores de diversas áreas. Cabe ressaltar que, neste contexto, as formas autorreferenciais de escrita, como diários, autobiografias e cartas, vêm sofrendo um acelerado processo de publicização, seja por sua inserção em coleções museológicas, seja por sua publicação no mercado editorial<sup>1</sup>. Quando retirados de seu contexto de produção, esses acervos passam a integrar coleções maiores ou a compor narrativas literárias que despertam interesse por parte do público leitor. O problema da publicização desses acervos está no fato de, na maioria das vezes, não serem pensados como narrativas memoriais, no que tange às características que compõem a lógica de sua constituição. Os fios que compõem a trama de sua organização, bem como os rastros deixados por seus autores são fundamentais para uma leitura criteriosa dos possíveis sentidos atribuídos a esses acervos.

Tanto as trocas epistolares - pensadas como componentes recorrentes de acervos pessoais - quanto as práticas de seu arquivamento se inserem em um contexto mais amplo de práticas culturais, tais como as relações institucionais e familiares. Portanto, estão sujeitas às diversas injunções sociais, que são basilares para as escolhas feitas ao longo do processo de seleção e organização do que deve ser dito e arquivado no universo

<sup>1</sup> Tais como *Titíla e o Demonão – Cartas inéditas de D. Pedro I à Marquesa de Santos*, de Paulo Rezzutti (Geração Editorial 2011); *Uma arte: As cartas de Elizabeth Bishop* (Companhia das Letras, 1995); *Cartas do Front*, de Andrew Carrol (Zahar editores, 2007); ou, ainda, *Cartas de amor*, de Monteiro Lobato (Editora Globo, 2012).

epistolar. Se a escrita epistolar se caracteriza como uma escrita de si, no sentido de incorporar o discurso e a imagem que o remetente transmite de si para outro, o processo de guarda e sistematização do conjunto de cartas também o faz, como um “arquivamento de si”.

Nas palavras de Artières (1998, p. 11), “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social à imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”. Artières também entende que esse “arquivar a própria vida” é consequência de uma série de situações que levam indivíduos ou grupos a registrar sua vida, seja por meio de documentos, escrituras, contratos, seja por meio de escritos autobiográficos e “lugares de memória”<sup>2</sup>.

Os atos de guardar, selecionar, ordenar e classificar, que a princípio parecem um procedimento objetivo, mostram-se como movimentos subjetivos, uma vez que atribuem sentidos e hierarquizam significados. Segundo Artières (1998, p. 11), no processo de arquivamento do eu “não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas”.

Arquivar a própria vida requer um esforço de seleção relativo ao que se pretende lembrar e esquecer, visto que os objetos não selecionados para compor o acervo pessoal têm o descarte como destino. Assim, o ato de guardar objetos pessoais constitui, ao mesmo tempo, uma busca pela memória e um ato em prol do esquecimento. As intenções de quem arquiva, bem como a lógica utilizada para o arquivamento, ficam impressas nas características do próprio acervo, constituindo, assim, o que Priscila Fraiz (1998, p. 60) denominou “meta-arquivo”.

O meta-arquivo reúne todos os indícios ou ferramentas pelas quais é possível compreender a lógica empreendida na constituição e organização do arquivo. Essas ferramentas podem ser índices, tabelas, textos autobiográficos, listas, etc. Para além dos

---

<sup>2</sup>“Os lugares de memória nascem e vivem do sentido que não há memória espontânea; que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações [...]” (In. NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. Projeto História. PUC/SP, n. 10, 1993. p. 7-28).

indícios deixados pelo arquivista, cabe também observar a constituição do arquivo como parte da biografia do arquivista, uma vez que as razões pelas quais um indivíduo arquiva a própria vida são tão diversas quanto as experiências vividas por esse indivíduo ao longo de sua vida. Neste sentido, Schellenberg (1973, p. 244) chama a atenção para o fato de que o conjunto de escritos e objetos produzidos por um indivíduo deve ser ordenado de acordo com suas múltiplas atividades e funções, pois “essas atividades, provavelmente, são a base pela qual seus papéis são agrupados e organizados durante a sua vida”. No entanto, nem sempre os arquivos pessoais são preservados em sua forma original; seja na transmissão por herança, seja na incorporação desse acervo a uma coleção museológica ou arquivística, ele perde parte de suas características originais e recebe, por vezes, novas e sucessivas organizações.

Nas últimas décadas, as pesquisas relacionadas às histórias de vida e seus legados documentais têm despertado o interesse de pesquisadores de diversas áreas: literatura, história, educação, sociologia, antropologia, entre outras. Ao mesmo tempo, esses legados documentais, que na maioria das vezes constituem pequenas coleções organizadas por seus autores ou por familiares, passam a integrar coleções museológicas ou arquivísticas, nas quais recebem uma nova organização e são ressignificadas por um processo de patrimonialização.

Por mais fascinantes que sejam as venturas e desventuras dos homens no mundo e as marcas deixadas por eles, o que faz com que tantas áreas do conhecimento dediquem tempo e atenção a essa produção de si?

No prefácio da obra *Escrita de si, escrita da história* (2004), Ângela de Castro Gomes afirma que a denominação *produção de si* só pode ser compreendida se observada a partir da relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno ocidental e seus documentos. Esta relação, segundo a autora, acontece por meio de práticas culturais, pelas quais o indivíduo constrói sua identidade através de seus documentos:

Embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito tempo, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A chave, portanto para o entendimento dessas

práticas culturais (produção de si) é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais (GOMES, 2004, p. 11).

No entanto, cabe questionar se o fenômeno hodierno de produção de si e sua publicização podem ser compreendidos em um contexto de busca memorial, ou de obsessão contemporânea pela memória na perspectiva de Andreas Huyssen, segundo o qual:

No cabe duda: El mundo se está musealizando y todos nosotros desempeñamos algún papel en este proceso. La meta parece ser el recuerdo total. ¿Es La fantasía de un encargado de archivo llevada al grado de delirio? ¿O acaso hay otro elemento en juego en ese deseo de traer todos estos diversos pasados hacia el presente? Un elemento específico de la estructuración de la memoria y de la temporalidad en nuestros días que no se experimentaba de la misma manera en épocas pasadas? (HUYSEN, 2000, p. 5).<sup>3</sup>

Ainda segundo Huyssen (2000, p. 5), a obsessão contemporânea pela memória que constitui um dos fenômenos políticos e culturais mais relevantes dos últimos anos demonstra uma mudança no modo como os indivíduos se relacionam com o seu passado; a relação que antes se baseava na busca por futuros presentes, agora se baseia em pretéritos presentes.

Essa busca pela memória, que tem na patrimonialização a sua manifestação mais evidente, também é discutida por François Hartog (2006) em seu artigo, intitulado *Tempo e Patrimônio*, no qual defende que a relação do homem ocidental contemporâneo com o tempo e com o patrimônio se apresenta como um indício de que o Ocidente vive, após a queda do muro de Berlim, um novo regime de historicidade, ou seja, uma nova forma de compreender e de tratar o seu passado. Esse novo regime de historicidade, baseado no presente como uma categoria dominante, “um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade” (HARTOG, 2006, p. 270), impõe-se, dentre outras formas, pela patrimonialização obsessiva e pela sua consequente universalização.

<sup>3</sup>Não há dúvida: O mundo está se musealizando e todos nós desempenhamos algum papel neste processo. A meta parece ser a recordação total. É a fantasia de um arquivista levada ao delírio? Ou há outro elemento em jogo no desejo de trazer todos esses diferentes passados para o presente? Um elemento específico da estruturação da memória e da temporalidade em nossos dias que não se experimentava da mesma maneira no passado? (tradução nossa).

Assim, os diferentes processos de patrimonialização, que em sua maioria resultam de políticas de memória ou de estratégias de esquecimento, estariam diretamente relacionados às necessidades impostas pelo presente. Neste contexto de construção de passados e futuros possíveis, pode-se compreender a crescente publicização dos acervos privados, seja pela publicação de pesquisas acadêmicas e obras literárias, seja pela musealização dos acervos reunidos no espaço privado, o que tem acontecido frequentemente com acervos epistolares.

### Cartas trocadas, cartas guardadas

Os acervos epistolares constituem uma das manifestações mais evidentes de produção de si, mas também formam um fluxo de comunicação entre os correspondentes. Nem sempre o desejo de guardar as cartas recebidas, ou mesmo cópias das cartas enviadas, é contínuo e persistente em todos os escreventes. Assim, o que sobrevive ao longo do tempo são acervos lacunares e selecionados.

Cartas são documentos indiciadores de um certo modo de escrever e de ler, de uma certa competência gráfica; evocam “práticas culturais de um tempo, hábitos e valores partilhados, plenos de representações de época” (CUNHA, 2002, p. 1). Na correspondência, interessam aos historiadores “a evolução desta prática, dos usos, maneiras e modos de escrever, dos contextos em que se escreve” e também “os materiais, objetos ou signos utilizados para se escrever, além do espaço social, significados e relações em que tais atos se produzem” (CUNHA, 2002, p. 1). Esses documentos “cumprem um papel na construção cultural da sociedade” e, tomados em seu contexto, “dão acesso a visões contemporâneas daquele mundo” (BURKE, 2004, p. 234).

Com o propósito de exemplificar essa discussão, apresentam-se a seguir dois acervos epistolares de períodos diferentes e produzidos sob diferentes circunstâncias, os quais se encontram, hoje, preservados em instituições museológicas na cidade de Pelotas, RS.



## As cartas da família Maciel

As cartas Maciel, que compõem o acervo do Museu da Baronesa<sup>4</sup>, apresentam indícios de outros tempos, de hábitos, práticas e valores partilhados referentes à escrita epistolar, assim como às formas das sociabilidades e aos deveres de consideração para com pares e familiares. São apresentadas em três subconjuntos, de acordo com seus autores: Cartas da Baronesa Amélia, Cartas de Rubens e Cartas de Mozart, todas elas dirigidas à d. Sinhá, que habitou a mesma casa em que hoje está o museu. É possível que as cartas recebidas por Sinhá nunca tenham deixado a casa da família, que hoje é o Museu da Baronesa, o que teria garantido sua preservação.<sup>5</sup>

Nas palavras de Maria Teresa Santos Cunha, “a carta como uma prática de escrita, fala tanto de quem a escreve como revela sempre algo sobre quem a recebe” (2002, p. 1). Nas cartas da Baronesa à sua “Bôa e querida Filha”, podem-se entrever a filha e os modos como essas mulheres organizavam suas vidas e famílias, suas ocupações e lazeres, suas preocupações e trabalhos.

As cartas da Baronesa Amélia para Sinhá e para o genro Lourival resistiram ao tempo e ao acaso. Escritas entre o final do século XIX e o início do século XX, distribuem-se irregularmente ao longo desse tempo: em alguns anos há 49 cartas, enquanto em outros, apenas uma.

Não se pode determinar que fatores influíram para que sobrevivessem umas ao invés de outras; nenhuma ordem pode ser estabelecida. Provavelmente, o acaso interferiu na preservação da parcela das cartas que existem até hoje (e na destruição ou na perda de outras), e é possível que o zelo de um descendente tenha excluído alguma carta considerada inadequada.

No conjunto das missivas, percebe-se que em alguns anos não há nenhuma carta, o que não quer dizer que não tenham sido escritas; ao contrário, as correspondentes parecem ter sido assíduas: em 17 de Abril de 1899, escrevendo em Paquetá, a Baronesa iniciou a carta dizendo ter presentes, à sua frente:

---

<sup>4</sup> Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas-RS.

<sup>5</sup> De acordo com Débora Clasen de Paula (2008, p. 17).

[as] cartinhas de 26 do passado, e 1º do actual, a que respondo, fazendo vótos pela bôa saude, de todos vocês. A tua carta de 15, já foi respondida, e é provável, que n'esta dacta, esteja em teu poder, e por tanto tu sciente de ter eu recebido de Leonel, a importancia do arrendamento (Carta de 17 de abril de 1899. Conjunto Maciel).

Ainda em abril, no dia 24, desta feita no Rio de Janeiro, escreveu a Baronesa: “Tenho 3 cartas tuas a responder, sendo a primeira de 5, e as outras recebidas hontem a noite do Paulino, recebi de 16 e 17 do actual”. A enumeração das cartas recebidas, respondidas ou a responder, além de explicitar a preocupação com a confiabilidade dos serviços do correio, também pode significar a atenção em responder a todas as cartas. É regra básica do correspondente não deixar carta sem resposta. Receber cartas implica a obrigação de respondê-las.

A Baronesa Amélia escreveu belas cartas, resultado, certamente, da formação que recebera. Essencial para uma pessoa ser reconhecida como polida, bem-criada e educada, a comunicação epistolar era objeto de intenso cuidado: bela letra, coerência, organização, limpeza, interesse. Esta preocupação está presente quando a Baronesa termina uma carta dizendo à filha “um milhão de beijos da Mãe e Am<sup>a</sup>. Verd<sup>a</sup>”; <sup>6</sup>e acrescenta o alerta “não me animei a passar esta a limpo, portanto adivinha o que não entenderes”, ou, em outra carta, “não sei se entenderás estes garranchos, mas adivinha-os!”<sup>7</sup>, ou, como no trecho da carta sem data,<sup>8</sup> que se segue:

<sup>6</sup> Carta do Rio de Janeiro, de 24 de agosto de 1899. Conjunto Maciel.

<sup>7</sup> Carta do Rio de Janeiro, de 12 de outubro de 1909. Conjunto Maciel.

<sup>8</sup> Carta sem data do acervo do Museu da Baronesa, número de tombo MMPB 1676.

Preferi sempre referir as cartas pela data em que foram escritas; neste caso, faço exceção porque esta carta da Baronesa não traz a data em que foi escrita.

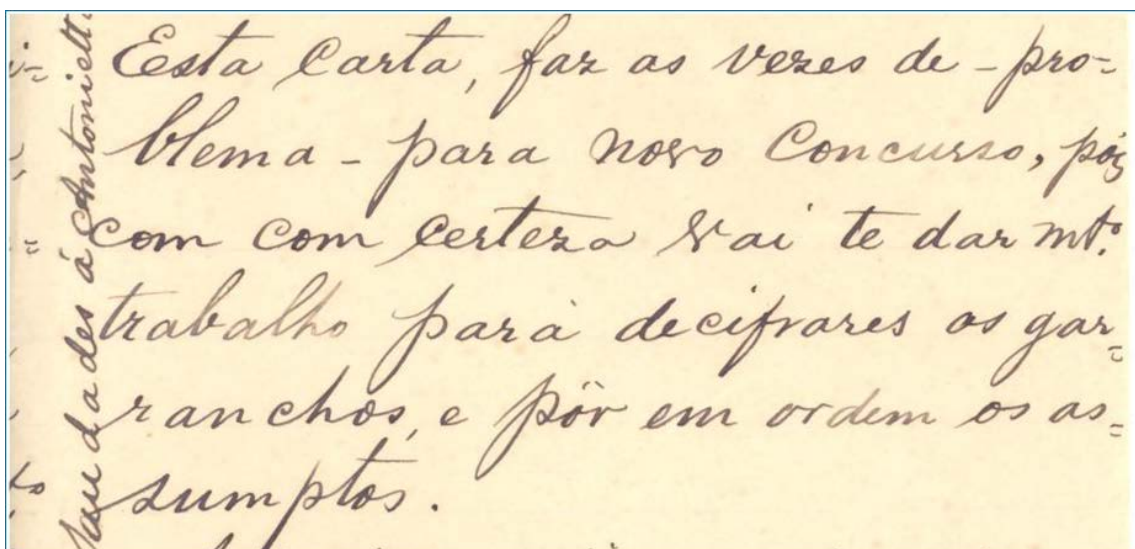


Figura 1 – Excerto de Carta da Baronesa a D. Sinhá, sem data,  
 Fonte: Conjunto Maciel.

Mesmo nas ocasiões em que a missivista se desculpa pelos “garranchos” ou pela “barafunda” de assuntos, não se vê em suas cartas nem uma coisa, nem outra.

Distantes, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, mãe e filha mantêm um fluxo constante de cartas e fotografias, embrulhos de docinhos e linguiças, incumbências de pagar uma visita ou de enfeitar um túmulo, encomendas de costuras e de papel de parede. Pacotes, cartas, bilhetes e recados viajam na bagagem de amigos e parentes e pelos serviços do correio.

As cartas e as incumbências circulam na família. Solicita a mãe que a “Bôa Filha” repasse às irmãs as notícias e, algumas vezes, as cartas. A Baronesa, morando na capital, tem sempre tarefas a cumprir e compras a realizar para a família distante. Os malões sobem a costa nos vapores, transportando cocadas e farinha de mandioca, goiabadas e geleias, bordados e costuras que a Baronesa agradece com entusiasmo. Os baús e caixotes voltam trazendo latas de biscoito, vasos e tabaco ou coisas ainda mais inesperadas.

Há todo um cerimonial epistolar nessas cartas: no terço superior da primeira folha, indicam o lugar e a data em que foram escritas e iniciam invariavelmente por combinações com a palavra Filha: “Minha muito querida Filha”, “Querida Filha” ou “Minha bôa e querida Filha”.

É interessante que na única carta de d. Sinhá a integrar o acervo do Museu da Baronesa, ela se despeça, de forma condizente, com os vocativos que a mãe emprega ao dirigir-se a ela, com um “da sua filha do coração, Sinhá”:

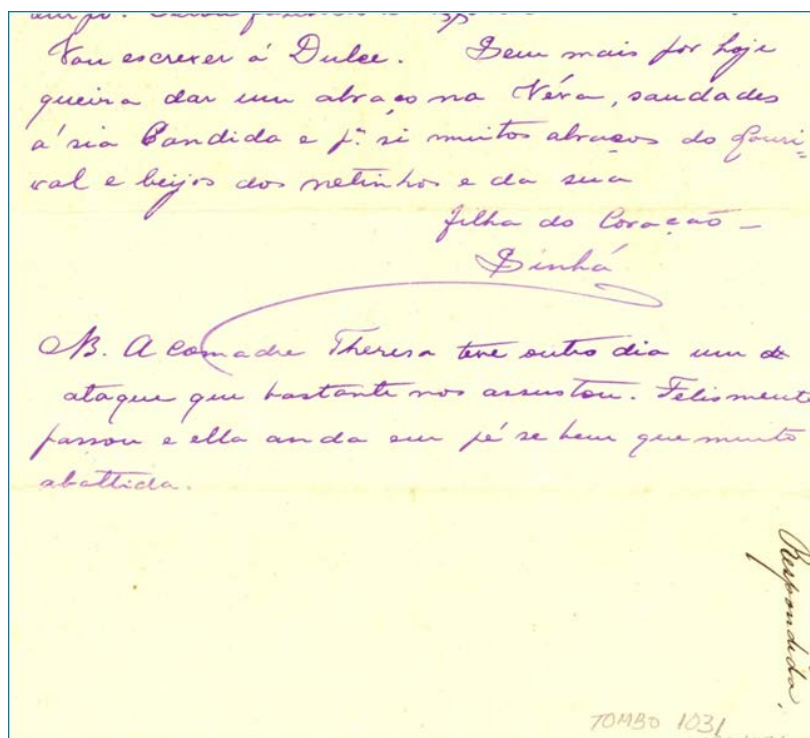


Figura 2 - Carta de D. Sinhá à Baronesa  
 Fonte: 8 de abril de 1897, Conjunto Maciel.

No corpo das cartas da Baronesa, repetem-se explicações pela demora nas respostas ou, ao contrário, o arrolamento das cartas recebidas e respondidas. As cartas enviadas, que não chegaram ao destinatário, provavelmente “envelhecem no correio”: é o que argumenta em uma das cartas. Por sua vez, a Baronesa angustia-se com eventuais atrasos na chegada de cartas: Por que o silêncio? Qual a razão para a falta de cartas? Estarão todos bem de saúde? Chega a telegrafar para confirmar se todos passam bem, embora um telegrama pudesse provocar um grande susto em quem o recebesse, o que ela, a todo o custo, desejaria evitar. As cartas também terminam com uma fórmula repetida, em sucessivas variações de muitos beijos e abraços, muitas saudades “da Mãe e Amiga certa”, “da Mãe muito amiga”, “da Mãe e Amiga do Coração” ou “da Mãe e Amiga Verdadeira” – e coloca seu “nome de pia”<sup>9</sup>, Amélia, como deve ser feito entre parentes

<sup>9</sup> ROQUETE, 1997, p. 277.

chegados.

A efusão das expressões, o uso de muitas abreviaturas, a linguagem e a simplicidade coloquial do texto também estão de acordo como o que e era considerado adequado para cartas trocadas entre pessoas íntimas e familiares, e somente entre essas.

A saúde, ou a falta dela, era um tema predominante na correspondência, “afinal as doenças eram comuns e os médicos pouco eficientes” (GAY, 1999, p. 354). A Baronesa descreve seus males, “em laivos de uma autobiografia médica” (GAY, 1999, p. 354.): dói-lhe a perna, incomodam-lhe os olhos, o estômago a aflige, em algumas ocasiões relata moléstias e incômodos (próprias ou alheias) com detalhes clínicos, mas o faz com resignação.

A resignação que a Baronesa mostra em relação a seus males estende-se às narrativas das mortes e funerais; ela soa triste, mas resignada, e conta à filha que encontra consolo na religião que ambas compartilham: “A nossa fé é que me dá forças”, diz ela. A Baronesa era espírita e, em algumas cartas, solicita a d. Sinhá que lhe envie revistas espíritas que tinha em Pelotas, porque “aqui no Rio não se acha!” Pede também os livros espíritas que estão “na terceira prateleira do armário da sala de costura”.<sup>10</sup>

As 148 cartas escritas ao longo de três décadas pela Baronesa Amélia à filha, Sinhá, são indícios de outros tempos, de hábitos, de práticas e de valores partilhados. Alguns desses dizem respeito à própria escrita epistolar: relacionar-se por carta, escrever bem, não deixar carta sem resposta. Outros, como as formas das sociabilidades, os deveres de consideração para com pares e familiares, e a obrigação de assistência aos criados da casa, aos necessitados e aos pobres, aparecem sob a forma de comentários e condutas solicitadas ou relatadas. A contrapartida disso parece ser a convicção do lugar que a missivista e a família ocupam no mundo e do prestígio e consideração que lhes são devidos.

---

<sup>10</sup> Como me estão fazendo aqui mtª. falta, alguns dos meus livros espiritas, peço-te para me mandares o mais brève que puderes, todos os que se acham no meu armario, mas na 3ª. Prateleira. Os outros, não precisa. Destes mesmo, não presisa mandares os – folhetos - mas sómente os encadernados. Conta as prateleiras, de cima para baixo, porq. não me lembro se, de baixo para cima, tem mais alguma (Carta de 30 de julho de 1909. Conjunto Maciel).

Algumas regularidades podem ser percebidas nas cartas, entre elas o tratamento que a mãe reserva à filha correspondente, semelhante em todas as cartas, chamando-a afetuosamente de boa e querida, sem jamais nomeá-la. As notícias da família, como seria de se esperar nesse tipo de correspondência, são o assunto principal – os nascimentos, as dentições, os passinhos iniciais, os colégios, as artes, os casamentos, os trabalhos, as profissões, a saúde, os negócios. As doenças recebem consideração particular e, na quase totalidade das cartas, a Baronesa pergunta a respeito da saúde das pessoas distantes e informa à filha sobre as condições de sua própria saúde e sobre como têm passado os parentes e conhecidos. Os comentários sobre as notícias nacionais e internacionais são esparsos, os segundos ainda mais raros do que os primeiros. Eventualmente, as eleições presidenciais de 1909 são assunto para alguns parágrafos, mas a Primeira Guerra Mundial, não.

As cartas da Baronesa, correspondência familiar, escrita ordinária de uma mulher do século XIX, preservadas no Museu da Baronesa, são versões e vestígios de experiências, de relações, de pensamentos e sentimentos, além de serem belos exemplares de escrita epistolar que se destacam pela qualidade do papel – que colabora para sua boa conservação - e da tinta, pela caligrafia e pela delicadeza da escritura. As cartas de Amélia são lidas com prazer e facilidade, dignas representantes das habilidades gráficas de quem as escreveu e de um tempo em que escrever cartas era uma prática usual e necessária.

## O epistolário de Dom Joaquim

O epistolário de Dom Joaquim Ferreira de Mello, bispo de Pelotas entre os anos de 1915 e 1940, hoje preservado no Seminário São Francisco de Paula, na mesma cidade, constitui um acervo autorreferencial, cuja trajetória de constituição possibilita uma profícua análise das questões relativas aos usos desses acervos em uma conjuntura de busca memorial, explicitada por sua patrimonialização.

O acervo em questão constitui-se de aproximadamente oito mil cópias de cartas escritas e arquivadas por Dom Joaquim Ferreira de Mello, segundo bispo de Pelotas,



entre os anos de 1915 e 1921. O pouco que se sabe de sua vida provém de duas obras da historiografia local<sup>11</sup>, bem como do conteúdo de suas cartas e escritos pastorais. Foi em 1873, na cidade do Crato, Ceará, que ele nasceu e foi no sítio da própria família que teve o primeiro contato com as letras. Seu preceptor, o senhor Manoel de Souza Rolim, teria sido o responsável por iniciá-lo na leitura dos clássicos e do latim. Aos 17 anos matriculou-se no Seminário Menor da cidade do Crato, transferindo-se, em 1892, para o Seminário de Olinda, onde concluiu os estudos para o exercício do sacerdócio.

Em 1898, foi ordenado padre e regressou ao Ceará, onde assumiu uma paróquia no sertão nordestino. Por sete anos trabalhou como pároco, até que em 1905 deixou a paróquia e agregou-se ao corpo docente do Colégio da Serra do Estevão, dirigido por monges beneditinos. O desacordo dos monges em relação à reforma do ensino empreendida por Rivadávia Correa fez com que a congregação deixasse a escola e, com eles, o padre Joaquim. Em retorno à cidade do Crato, o professor e padre Joaquim fundou, junto a dois amigos, também padres, o Colégio São José, que funcionou de 1909 a 1913. Com o fechamento da escola, padre Joaquim mudou-se para Fortaleza e, em 1915, foi nomeado vigário geral da arquidiocese de Fortaleza. Datam deste período as primeiras cartas do acervo estudado.

Padre Joaquim trabalhou como vigário geral por seis anos até que, em março de 1921, foi nomeado bispo da diocese de Pelotas. Naquele tempo, a jovem diocese de Pelotas, hoje arquidiocese metropolitana, possuía uma configuração geográfica maior do que a atual, uma vez que o Rio Grande do Sul tinha seu território dividido em três dioceses, a saber: Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana, sufragâneas da arquidiocese de Porto Alegre. Assim, a igreja particular confiada a Dom Joaquim compreendia uma área pastoral hoje correspondente à atual arquidiocese de Pelotas, e as suas dioceses sufragâneas, Bagé e Rio Grande.

Escrever cartas era uma prerrogativa do cargo que Dom Joaquim veio a ocupar, uma vez que, somadas aos telegramas, as cartas configuravam a principal forma de

---

<sup>11</sup> As mencionadas são: MENDES, Fábio Ranieri da Silva. Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução. Pelotas: EDUCAT, 2006, e SOUZA, Francisco Silvano de. Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas. Caxias: Imprimi potest, 1964.

comunicação entre os membros da diocese e da própria diocese com a Nunciatura Apostólica. No entanto, o hábito de manter uma vasta correspondência, copiá-la e arquivá-la, acompanhava Dom Joaquim desde os tempos de vigário. Ao mudar-se para Pelotas, o novo bispo trouxe em sua bagagem parte da correspondência que hoje compõe seu acervo pessoal. Em uma de suas biografias há a seguinte referência ao epistolário:

Tivemos notícias de onze mil cartas que teria escrito em 42 anos de atividade sacerdotal e que equivale a 261 cartas por ano, todas copiadas e selecionadas na ordem do tempo. Seria um acontecimento literário e histórico a publicação desta correspondência embora unilateral (SOUZA, 1964, p.78-79).

Das 11 mil cartas mencionadas, pouco mais de um terço se perdeu ao longo dos anos. As aproximadamente sete mil cartas preservadas reúnem uma série de elementos que permitem perceber características da escrita epistolar de Dom Joaquim e dos critérios de organização do acervo.

O acervo teve sua primeira organização por iniciativa do próprio escrevente, que fazia cópias de suas correspondências com o uso de carbono em papel translúcido. Em seguida, encadernava-as em grandes livros com índices organizados em ordem alfabética pelo nome do destinatário.



Figura 3 – Segunda página, livro 3 do conjunto epistolar de Dom Joaquim  
 Fonte: Acervo Seminário São Francisco de Paula.



As marcações nas margens indicam que esse acervo sofreu mais de uma intervenção com o intuito de organização e arquivamento. As páginas receberam mais de uma numeração, além de anotações como “carta não enviada” e “carta confidencial”. Algumas das páginas foram retiradas; outras rasuradas ou manchadas pelo tempo.

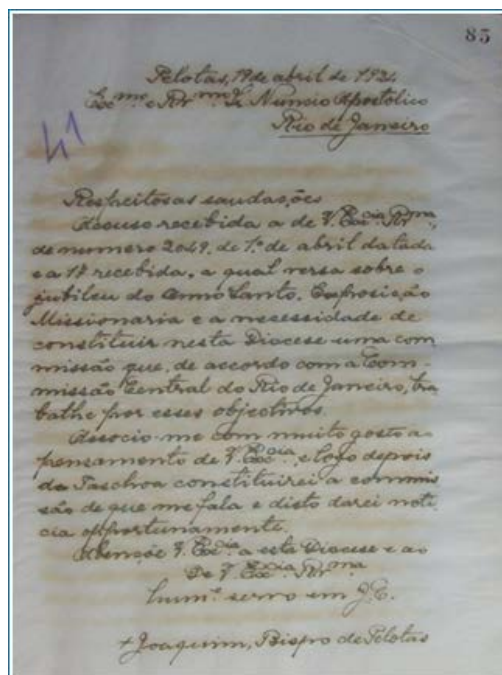


Figura 4 – Carta de Dom Joaquim de 19 de abril de 1924, conjunto epistolar de Dom Joaquim, Fonte: Acervo Seminário São Francisco de Paula.

Organizado em 14 livros, com o número de páginas que variam entre 400 e 500, o epistolário reúne um livro de cartas recebidas, cartões e rascunhos, e 13 livros de cartas enviadas. Estas cartas são, em sua maioria, relacionadas ao cotidiano do clero. Da mesma forma, os destinatários são, em sua maioria, membros do clero. Os assuntos tratados variam desde questões burocráticas da administração da diocese, até reflexões sobre a política e a cultura brasileiras.

Depois da morte de Dom Joaquim, todos os seus pertences permaneceram sob a custódia do Seminário São Francisco de Paula, que foi planejado e erigido durante seu bispado. O acervo ocupou diversos espaços na instituição, até que em 1989, por ocasião da comemoração dos 50 anos de função do seminário, foi criado um pequeno museu onde foram expostos alguns de seus pertences de, que sobreviveram ao tempo e às

diversas mudanças na administração do seminário. Dentre esses pertences, estava a sua correspondência.

Este livro serve para registro das visitas à sala-museu Dom Joaquim Ferreira de Mello, inaugurado por ocasião do Jubileu de Ouro do Seminário de São Francisco de Paula. É uma memória e homenagem ao fundador desta casa, que não mediu esforços para realizar esta obra que completa hoje seus 50 anos de fundação (Termo de Abertura da Sala-Museu Dom Joaquim Ferreira de Mello, 1989).

O ato de fazer cópias e de arquivar as cartas enviadas era uma prática bastante recorrente no período compreendido pelo epistolário estudado. Da mesma forma, o trabalho exercido pelo correspondente exigia que as cartas relativas ao cotidiano da diocese fossem arquivadas. No entanto, o conjunto epistolar reunido por Dom Joaquim inclui cartas de um período anterior ao de sua nomeação como bispo e uma vasta correspondência pessoal, arquivada junto às demais. Assim, é possível pensar este epistolário como um acervo autorreferencial, uma vez que não há um limite claro entre o que seria a produção escrita na esfera privada, ou seja, por Joaquim Ferreira de Mello, e a produção escrita pelo bispo, e, portanto, produzida na esfera pública.

Ao longo dos 49 anos em que ficou sob a custódia do Seminário São Francisco de Paula, sem, contudo, compor o arquivo da instituição, o epistolário sofreu sucessivas tentativas de organização. Graças a isso, hoje é impossível identificar, com precisão, o que teria sido sua organização original. Da mesma forma, o processo de musealização o inseriu em uma nova lógica de organização, que inclui nova numeração e disposição em relação ao conjunto do acervo.

A sala-museu resultante desse processo de patrimonialização recebe um número considerável de visitantes, em sua maioria clérigos e seminaristas, os quais ouvem dos moradores mais antigos da casa o que seria a memória daquela instituição. A análise desse exemplo, ainda que brevemente descrito, pode demonstrar os usos possíveis de um acervo autorreferencial como parte de um discurso de memória institucional. A patrimonialização do epistolário de Dom Joaquim, junto com outros de seus pertences reunidos ao longo do tempo, acabou por descaracterizar o acervo epistolar e por inseri-lo em um novo discurso, patrimonializador e comemoralista.

## Uma última palavra

O texto epistolar é um texto narrativo e relacional, pois, ao mesmo tempo em que constitui uma narrativa pessoal dos acontecimentos vividos ou de expectativas sobre o futuro, também busca um interlocutor, reclama a presença da pessoa ausente, “preserva os vínculos na distancia e configura um espaço através do qual se expressam e desenvolvem as identidades pessoais, familiares ou sociais” (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p. 22). Dessa forma, a relação de confiança que se estabelece entre remetente e destinatário extrapola os limites do diálogo, pois a carta é também o espaço da confissão e de segredos fixados no papel.

Objeto indiciário, e ao mesmo tempo lacunar, a carta, enquanto documento, permite um olhar sobre a forma como o autor/remetente se coloca por escrito, como organiza a narrativa e como se comporta em relação ao destinatário implícito. Da mesma forma, permite um olhar sobre o destinatário, tal como o remetente o vê, o que espera como resposta, ou mesmo a relação de sociabilidade estabelecida entre eles e as práticas culturais representativas de sua época.

No processo de leitura e análise desse tipo de documento, é preciso considerar o fato de que a escrita epistolar possui seus tempos: o tempo de que falam as cartas, o tempo de envio e de espera da correspondência, o tempo em que permanecem guardadas, o tempo da leitura e o tempo da produção como texto escrito. Assim, um olhar atento aos diferentes tempos representados na escrita epistolar é, também, uma leitura sobre as sensibilidades e peculiaridades do tempo e do lugar em que foram produzidas.

Nos conjuntos epistolares aqui apresentados, há a tentativa de demonstrar os processos de constituição e musealização desses acervos que representam épocas e contextos diferentes. As cartas de uma mãe para sua filha na transição do século XIX para o século XX, explicitando questões do universo feminino e do cotidiano familiar, trazem elementos que suscitam discussões acerca das relações de gênero, da educação para a escrita, do acesso e uso de manuais de epistolografia, dentre outros temas. Da mesma forma, a correspondência ativa de um clérigo, na primeira metade do século XX,

apresenta outro universo de questões, as quais envolvem o cotidiano da Igreja Católica, a relação da Igreja com a comunidade laica e os pensamentos de um homem politicamente engajado e preocupado com as demandas de seu tempo.

Assim, este artigo buscou demonstrar a diversidade temática possível em conjuntos autorreferenciais, bem como a trajetória desses acervos em uma sociedade cada vez mais voltada para o “tudo lembrar” em um movimento nomeado por Joel Candau (2009, p. 43) como “mnemotropismo”.

## Referências

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Revista Estudos Históricos*, v.11, n. 21, 1998. p. 9-34.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: SP: EDUSC, 2004.

CANAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: *Memória em Rede*, Pelotas, v. 1, n. 1, jan./jul. 2009.

CASTILLO GOMES, Antonio. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena C., CUNHA, Maria Teresa S., MGNOT, Ana Chrystina V. (Orgs.). *Destino das Letras: História, Educação e Escrita Epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CUNHA, Maria Teresa S. A Escrita Epistolar e a História da Educação. In: 25ºANPED, 2002. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/mariateresasantoscunhap02.rtf> Acesso em: 14 jun. 2006.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: *Estudos Históricos*, n. 21, 1998.p. 59-87.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, Escrita da História: a título de prólogo. In: *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

Guardar para mirar, guardar para mostrar: acervos autorreferenciais, da gaveta ao museu  
 Carla Rodrigues Gastaud - Cristiéle Santos Souza

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: *Varia História*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006. p. 261-273.

HUYSEN, A. En busca del tiempo futuro. Medios, política y memoria. In: *Revista Puentes*. Argentina. Traducción: Silvia Fehrmann. a. 1, n. 2, dic. 2000.

MENDES, Fábio Ranieri da Silva. *Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução*. Pelotas: EDUCAT, 2006.

PAULA, Débora Clasen de. “Da mãe e amiga Amélia”: cartas de uma Baronesa para sua filha (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX). 2008. Dissertação (Mestrado) - Unisinos - São Leopoldo. Disponível em [http://bdtd.unisinos.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=615](http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=615) Acesso em: 18 abr. 2009.

SHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

SOUZA, Francisco Silvano de. *Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas*. Caxias: Imprimi potest, 1964.

Recebido em: 04/02/2013  
 Aprovado em: 02/04/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Programa de Pós-Graduação em História - PPGH**

Revista Tempo e Argumento  
 Volume 05 - Número 09 - Ano 2013  
[tempoeargumento@gmail.com](mailto:tempoeargumento@gmail.com)